

PANORAMA 2026

POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE EM PORTUGAL

PEDRO ADÃO E SILVA
COORDENADOR



ipps_iscte

Melhores Políticas
Públicas

PANORAMA 2026
POLÍTICA, ECONOMIA
E SOCIEDADE EM
PORTUGAL

ÍNDICE

6	PEDRO ADÃO E SILVA INTRODUÇÃO O que podemos esperar de 2026
12	ISABEL FLORES PEDRO ADÃO E SILVA ESTUDO DE OPINIÃO O que esperam os portugueses do ano de 2026
25	BRUNO CARDOSO REIS PORTUGAL NO MUNDO Portugal e o seu futuro geopolítico num Mundo em divórcio litigioso
31	FILIPE NUNES POLÍTICA Presidenciais 2026: a primeira volta de 18 de janeiro
37	SOFIA VALE ECONOMIA Portugal 2026: fim dos impulsos, regresso das fragilidades?
43	PAULO MARQUES EMPREGO Cerca de 13 mil trabalhadores por ano podem ficar presos em contratos a prazo
49	FREDERICO CANTANTE RENDIMENTOS Outlook dos rendimentos 2026

Título
Panorama 2026:
Política, Economia e Sociedade
em Portugal

Coordenação
Pedro Adão Silva

Ilustração
Eva Evita

Layout e Paginação
RPVP Designers

Todos os direitos reservados
© 2026, IPPS-Iscte

Impressão
Grafisol

Tiragem
500 exemplares
1.ª edição janeiro 2026

ISBN
978-989-8990-72-3
Depósito Legal
558175/25

**IPPS-Iscte – Instituto para
as Políticas Públicas Sociais**
Avenida das Forças Armadas,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,
Edifício 1, 1649-026 Lisboa
+351 210 464 021/316
geral.ipps@iscte-iul.pt
ipps.iscte-iul.pt

INTRODUÇÃO

PEDRO ADÃO E SILVA

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

O QUE PODEMOS ESPERAR DE 2026

O *Panorama 2026* inaugura uma nova publicação anual do IPPS-Iscte, que antecipa algumas tendências que marcarão o ano que se inicia em áreas cruciais para o desenvolvimento do país. Pensado para complementar um outro documento que vem sendo publicado anualmente desde 2019, o *Estado da Nação e as Políticas Públicas*, esta publicação corresponde à missão do IPPS-Iscte: qualificar o debate em torno das políticas públicas.

O *Panorama* obedecerá a uma estrutura idêntica todos os anos e está organizado em duas partes. Na primeira, são analisados os resultados de um estudo de opinião que reflete a forma como os portugueses perspetivam o ano seguinte. Na segunda, investigadores, especialistas em cada uma das áreas, realizam um exercício prospetivo em cinco domínios determinantes: dos desafios geoestratégicos à evolução da situação política, passando pelo cenário macroeconómico e pela evolução quer do mercado de trabalho, quer dos rendimentos dos portugueses.

é adequado partir do reconhecimento das fragilidades das previsões. O que não deve impedir, contudo, que se procure, com base na melhor informação conhecida e sustentado na análise de eventos passados, identificar padrões futuros

O exercício de identificação de tendências futuras caracteriza a análise das políticas públicas desde os seus primórdios – de certa forma, podemos identificar esta ambição, ainda que de forma ritualística e enigmática, desde a antiguidade, por exemplo, com o oráculo de Delfos. Mas uma coisa são formas pré-modernas de antecipação do futuro próximo, outra é a mobilização da informação e do conhecimento para fazer previsões. Uma parte importante da atividade de instituições públicas dedicadas ao estudo das políticas públicas centra-se em exercícios prospetivos e de cenarização. Mesmo quando baseada nas melhores práticas e obedecendo a protocolos rigorosos, estes exercícios são problemáticos e marcados por falhas: nuns casos, porque os cenários traçados não se confirmam; noutros porque eventos disruptivos não são antecipados.

Em dois livros estimulantes em que reflete sobre a acuidade das previsões relativas a eventos políticos e económicos (*Expert Political Judgment*, de 2005, e *Superforecasting*, de 2015), o cientista político Philip E. Tetlock argumenta que a robustez destes exercícios depende de um conjunto de fatores, tais como a especificidade das questões, o horizonte temporal e uma avaliação objetiva e crítica da realidade.

Para contrabalançar a fragilidade endémica das previsões, Tetlock recomenda que desconfiemos de especialistas alicerçados em grandes teorias unificadoras, característica dos ouriços (de acordo com a conhecida categorização de Isaiah Berlin para descrever os estilos de pensamento), e que se opte por exercícios mais parcimoniosos e que se aproximem da lógica de pensamento da raposa (i.e., que valorizem a diversidade de perspetivas).

Neste sentido, é adequado partir do reconhecimento das fragilidades das previsões. O que não deve impedir, contudo, que se procure, com base na melhor informação conhecida e sustentado na análise de eventos passados, identificar padrões futuros. É o que é feito nos textos que se seguem, que procuram modestamente antecipar algumas tendências que estarão presentes no ano de 2026.

No primeiro texto, Isabel Flores e Pedro Adão e Silva analisam as perspetivas dos portugueses em relação a 2026, nomeadamente procurando saber se estão otimistas, pessimistas ou se consideram que o próximo ano terá poucas alterações face a 2025. Com base num inquérito a uma amostra representativa da população, são consideradas três dimensões de análise: a evolução da situação internacional; da situação política nacional e, finalmente, da situação económica do país e do próprio inquirido e do seu agregado familiar. As posições dos inquiridos, face a estes aspetos, são analisadas relevando um conjunto de características – designadamente, o posicionamento ideológico, as qualificações, a idade e as circunstâncias económicas.

cerca de metade dos inquiridos mais qualificados e também metade daqueles com um rendimento que lhes permite viver confortavelmente estão bastante pessimistas em relação à situação internacional

Os autores concluem que, de acordo com as expectativas dos inquiridos, o ano de 2026 não será muito diferente de 2025, não deixando espaço para otimismo. Esta ideia de um futuro próximo caracterizado pela continuidade é transversal a todos os aspetos abordados – o que não deixa de ser revelador, se considerarmos que, na frente doméstica, 2025 foi marcado por uma crise política que levou à dissolução do Parlamento e a eleições antecipadas que aprofundaram o quadro de fragmentação política e, na frente internacional, por um contexto de grandes tensões geoestratégicas e conflitos regionais, também com grande alcance mediático.

No entanto, as opiniões dos inquiridos são sensíveis a um conjunto de outras dimensões consideradas na análise: de forma transversal, os inquiridos de rendimentos mais baixos são os mais pessimistas. Do mesmo modo, os inquiridos que se declaram

situar à esquerda estão mais pessimistas do que os que se declaram de direita. Já cerca de metade dos inquiridos mais qualificados e também metade daqueles com um rendimento que lhes permite viver confortavelmente estão bastante pessimistas em relação à situação internacional.

No texto dedicado à análise da situação de Portugal no mundo, Bruno Cardoso Reis argumenta que vivemos um período de guerra comercial global e um processo de transição de poder, que historicamente resultou sempre numa tendência para mais conflitos. Este processo é acompanhado por uma reconfiguração e transformação do poder, que se traduz numa crise da ordem global, marcada, no continente europeu, pelo recuo dos EUA como garante último da segurança europeia. Neste contexto, Portugal deve apostar em capacidades adaptadas à sua localização e natureza arquipelágica, dando prioridade à segurança marítima – o que implica meios navais, mas também espaciais, aéreos e terrestres, móveis e projetáveis, sistemas inteligentes e multidimensionais de defesa aérea e costeira, e ainda respostas a ameaças híbridas que vão da ciberdefesa à contraespionagem. Esse investimento, defende Cardoso Reis, deve ser feito de uma forma política e economicamente sustentável, o que implica trabalhar para que parte desses investimentos sejam também no desenvolvimento da indústria de defesa portuguesa, inclusive como parte de parcerias multinacionais. Esse será um dos grandes desafios de 2026 e anos seguintes, o que obriga a melhor coordenação, prioridades claras, mas também melhor gestão de uma indústria e de um sistema de aquisição demasiado condicionados por demoradas rotinas de décadas de paz.

estas presidenciais refletem o novo quadro político, assente em três polos distintos (um liderado pela AD, no centro-direita; outro pelo PS, no centro-esquerda; e outro ainda representado pelo Chega, na direita radical) e serão as mais imprevisíveis e fragmentadas de sempre

O ano 2026 também será dominado na Europa pela discussão do novo orçamento plurianual para 2028-34, o documento estratégico central para se perceber o verdadeiro nível de ambição e capacidades da ação externa da UE. A discussão deste orçamento implica tomar muitas opções difíceis, nomeadamente em torno do equilíbrio entre mais investimento em defesa e outras prioridades, como a ajuda ao desenvolvimento no modelo tradicional de doações. A este processo estará também associado um teste à capacidade de influência portuguesa nas prioridades europeias e da eficácia na criação de coligações no seio da UE. O novo quadro aponta para que, em 2026, tenhamos um peso crescente, nas mais diversas áreas, do minilateralismo e das coligações *ad hoc*. Será fundamental que Portugal mostre capacidade de adaptação a este novo tipo de estratégia de negociação e de coligações.

Filipe Nunes trata da política nacional e foca-se nas eleições presidenciais e, em particular, no que se deve esperar da primeira volta. Com base na análise do histórico da participação eleitoral em legislativas e presidenciais e nos estudos de opinião focados nestas eleições, sustenta que estas presidenciais refletem o novo quadro político, assente em três polos distintos (um liderado pela AD, no centro-direita; outro pelo PS, no centro-esquerda; e outro ainda representado pelo Chega, na direita radical) e serão as mais imprevisíveis e fragmentadas de sempre – com quatro candidatos a poderem ambicionar um lugar na segunda volta. Contudo, defende que, com o aproximar do ato eleitoral, é previsível que o voto estratégico comece a funcionar e que algumas tendências se consolidem. Com Ventura a mobilizar tão fortemente o seu polo eleitoral, Mendes e Seguro, para chegarem à segunda volta, precisam de reduzir ao mínimo a concorrência no seu polo político e esperar que Gouveia e Melo continue a trajetória de descida que tem ocorrido desde o anúncio formal da sua candidatura, o que está longe de ser um adquirido.

A travagem europeia, o esgotamento dos estímulos internos e a normalização do turismo criam um contexto, sustenta Sofia Vale, em que a evolução do país dependerá menos da conjuntura e mais da sua capacidade de enfrentar as fragilidades estruturais

Na abordagem que faz do cenário macroeconómico para 2026, Sofia Vale considera que a situação portuguesa está aparentemente estável, mas sustentada em pilares que começam a mostrar fissuras e que o abrandamento europeu ameaça transformar em fragilidades reais. Em 2026, o crescimento do PIB português, apesar de fraco, permanecerá acima da média da União Europeia, permitindo manter alguma da convergência perdida, associada à inflação estabilizada e a uma política orçamental prudente. No entanto, o país enfrenta um ponto de equilíbrio delicado: com uma economia suficientemente sólida para evitar um ciclo recessivo, mas demasiado dependente de fatores externos e de impulsos temporários para garantir um crescimento sustentado. A travagem europeia, o esgotamento dos estímulos internos e a normalização do turismo criam um contexto, sustenta Sofia Vale, em que a evolução do país dependerá menos da conjuntura e mais da sua capacidade de enfrentar as fragilidades estruturais que há décadas limitam o potencial de convergência face à Europa.

Paulo Marques faz uma análise do mercado de trabalho português, estimando o impacto das alterações da regulação laboral que estão a ser discutidas – o anteprojecto do Governo, Trabalho XXI – na segmentação do emprego. Considerando que o mercado de trabalho em Portugal se caracteriza, hoje, por níveis elevados de emprego e níveis baixos de desemprego que coexistem com um padrão que, pese embora o declínio dos últimos anos,

é comparativamente alto de contratos atípicos, o autor avalia o aumento da duração e das possibilidades de utilização dos contratos a termo certo previsto neste anteprojecto, para concluir que teremos, de regresso, uma acentuação da segmentação do mercado. Se as regras dos contratos a termo forem novamente flexibilizadas e se se reproduzir o tipo de efeito observado em 2003, podemos estimar que cerca de 13 mil – entre os cerca de 235 mil que anualmente veem os seus vínculos laborais consolidarem-se – deixariam de ter o seu contrato de trabalho a termo convertido em sem termo.

Na análise que faz à evolução dos rendimentos das famílias em 2026, Frederico Cantante sustenta que esta irá, expectavelmente, seguir tendências em linha com as observadas nos últimos anos. Esta continuidade tem-se traduzido, em geral, numa oscilação ligeira dos indicadores de pobreza e desigualdade de rendimento disponível, na redução das desigualdades salariais, mas também na intensificação de alguns desequilíbrios. Neste contexto, a evolução dos salários, em 2026, estará associada a uma intensificação da procura de mão de obra – particularmente em profissões mais qualificadas, no pessoal administrativo e nos trabalhadores de serviços pessoais, segurança e vendedores e, ainda, em setores ligados ao turismo, comércio ou indústria.

Se as regras dos contratos a termo forem novamente flexibilizadas e se se reproduzir o tipo de efeito observado em 2003, podemos estimar que cerca de 13 mil – entre os cerca de 235 mil que anualmente veem os seus vínculos laborais consolidarem-se – deixariam de ter o seu contrato de trabalho a termo convertido em sem termo

Frederico Cantante argumenta que, relativamente à evolução dos rendimentos em 2026, há dois aspetos particularmente sensíveis. Por um lado, a relação entre o rendimento das famílias e o custo do acesso à habitação; por outro, os impactos distributivos do Anteprojecto Trabalho XXI. De acordo com esta perspetiva, o aumento relevante da remuneração média verificado nos últimos anos tem sido insuficiente para acompanhar a subida do custo da habitação, que assumiu uma expressão hiperbólica em alguns territórios do país. A pobreza monetária após o pagamento de despesa com habitação, que, em 2023, era de 28%, irá aumentar com elevada probabilidade, bem como as dificuldades de acesso à habitação. No mesmo sentido, os impactos distributivos da agenda laboral do Governo constituem uma ameaça para a apreciação dos salários que se tem verificado, e que se refletiu, nos últimos anos, num aumento do peso das remunerações no PIB. Ao precarizar o emprego e fragilizar a posição dos trabalhadores nas relações laborais, este anteprojecto é orientado para introduzir transferências de poder entre os fatores de produção e, por essa via, induzir alterações na repartição da riqueza gerada, em desfavor dos trabalhadores.

ESTUDO DE OPINIÃO

ISABEL FLORES

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

PEDRO ADÃO E SILVA

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

O QUE ESPERAM OS PORTUGUESES DO ANO DE 2026

INTRODUÇÃO

Neste texto, analisamos as opiniões de uma amostra representativa de portugueses relativamente à forma como perspetivam o ano de 2026, nomeadamente, se estão otimistas ou pessimistas ou, ainda, se consideram que no próximo ano não haverá alterações face a 2025. O texto considera três dimensões: a evolução da situação internacional; a situação política nacional e, finalmente, a situação económica do país e do próprio inquirido. As posições dos inquiridos face a estes aspetos analisam-se tomando em conta um conjunto de características, designadamente, o posicionamento ideológico, as qualificações, a idade e as circunstâncias económicas.

Este texto baseia-se numa sondagem, cujo trabalho de campo decorreu entre os dias 7 e 17 de novembro de 2025. Foi coordenada por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, trabalho de campo realizado pela GfK Metris.

A informação foi recolhida através de entrevista direta e pessoal na residência dos inquiridos, em sistema CAPI. Foram contactados 2980 lares e obtidas 807 entrevistas válidas. A margem de erro máxima associada a uma amostra aleatória simples de 807 inquiridos é de +/- 3,5%, com um nível de confiança de 95%.

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Relativamente à situação internacional, diria que o próximo ano será melhor, igual ou pior do que 2025?

Questionados sobre como perspetivam a evolução da situação internacional no próximo ano, os inquiridos dividem-se (40% para cada categoria) entre uma expectativa de que a situação ficará pior do que em 2025 ou manter-se-á igual. Apenas 11% dos inquiridos entende que o quadro internacional poderá evoluir favoravelmente comparativamente ao ano transato. Este posicionamento é particularmente significativo se considerarmos que a situação internacional recente tem sido marcada por um conjunto de conflitos, guerras e tensões geoestratégicas com contornos muito negativos e que têm tido uma presença intensa no quotidiano dos portugueses, designadamente, através do acompanhamento mediático.

Relativamente à situação internacional, diria que o próximo ano será pior do que 2025, por diferentes características de respondentes

Considerando apenas o grupo daqueles que considera que a situação internacional degradar-se-á no próximo ano, há variações consoante os níveis de rendimentos, o posicionamento ideológico, os níveis de qualificação e a idade.

Os inquiridos que declaram viver com maiores dificuldades e aqueles que têm o ensino superior são os mais pessimistas (nestes grupos, um em cada dois respondentes – 50% – considerou que a situação internacional ficará pior no próximo ano). Na outra extremidade dos rendimentos, isto é, os inquiridos que declaram viver confortavelmente, a perspetiva sobre a situação internacional é também bastante pessimista (é a posição de perto de metade dos inquiridos deste grupo, 47%). O pessimismo é também mais forte entre os inquiridos que se posicionam mais à esquerda no espetro ideológico, com 49% destes indivíduos a antecipar uma situação internacional mais degradada, doze pontos superior aos inquiridos de direita (37%).

Os mais jovens (18-24 anos) destacam-se dos restantes inquiridos por serem o grupo etário menos pessimista, com apenas 30% a declarar esperar uma degradação da situação internacional. Ainda assim, o grupo etário imediatamente seguinte (dos 25 aos 44 anos) é aquele onde o pessimismo é mais elevado (44%, catorze pontos superior ao dos mais jovens).

Figura 1

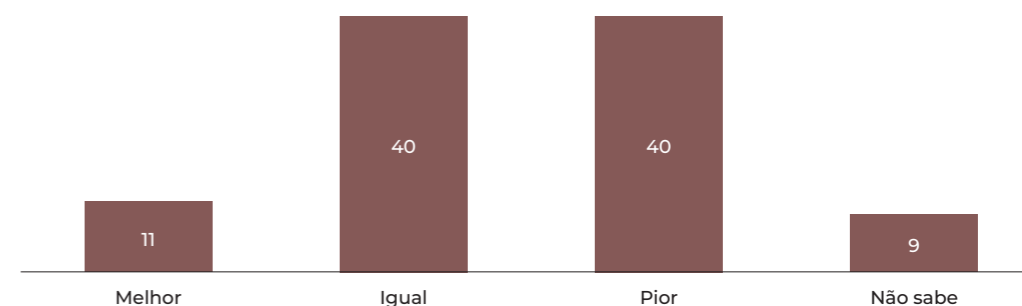
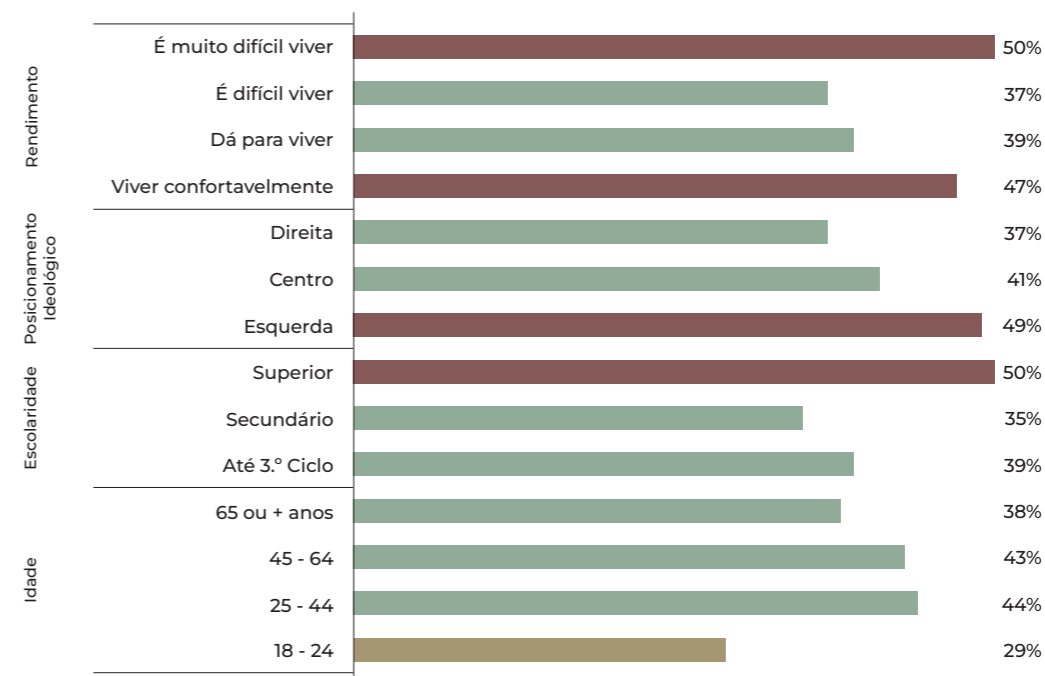


Figura 2



A ESTABILIDADE POLÍTICA EM PORTUGAL

Relativamente à estabilidade política em Portugal, diria que o próximo ano será melhor, igual ou pior do que 2025?

Quando questionados sobre a evolução da situação política em Portugal, designadamente considerando o valor da estabilidade, a maior fatia dos inquiridos crê que 2026 será igual a 2025 (46%), ou seja, não espera grandes mudanças. Apenas 14% pensa que o novo ano será mais estável, ao passo que 31% está inclinado a acreditar que teremos maior instabilidade. De lembrar que 2025 foi marcado por dois atos eleitorais – legislativas e autárquicas – sendo que, no caso das legislativas, se tratou de eleições antecipadas, correspondendo como tal a um momento de instabilidade no ciclo político normal.

Relativamente à estabilidade política em Portugal, diria que o próximo ano será pior do que 2025?

A perspetiva sobre a estabilidade política é sensível a um conjunto de características dos inquiridos. Entre aqueles que consideram que teremos mais instabilidade política em 2026 do que no ano anterior, destaca-se o grupo que afigura um rendimento com o qual é muito difícil viver. Nos inquiridos pertencentes a este grupo, cerca de um em cada dois (49%) espera maior instabilidade política no próximo ano. Os inquiridos que se auto posicionam mais à esquerda do espectro ideológico destacam-se, também, por esperarem maior instabilidade (40%) – um valor que contrasta com o dos inquiridos de direita, 26% (menos 14 pontos percentuais).

Uma vez mais, os menos pessimistas são os mais jovens (18-24 anos), um grupo em que apenas 22% considera que a estabilidade política vai diminuir, mas, também, de novo, essa perspetiva é apenas partilhada pelos mais jovens entre os jovens. Nos restantes grupos etários, o valor é superior e sem variação entre escalões etários (sempre em redor dos 30%).

Figura 3

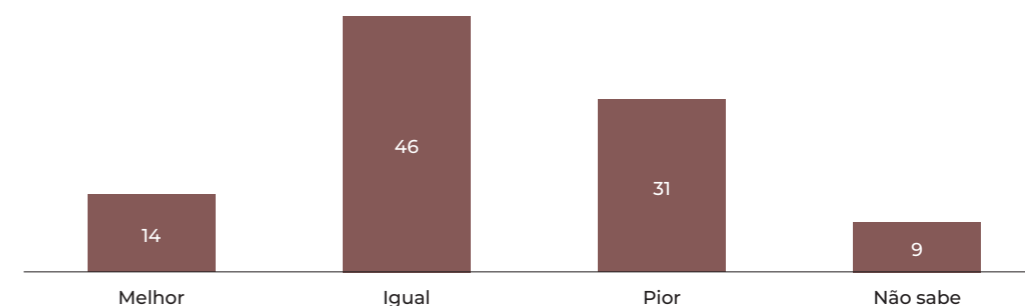
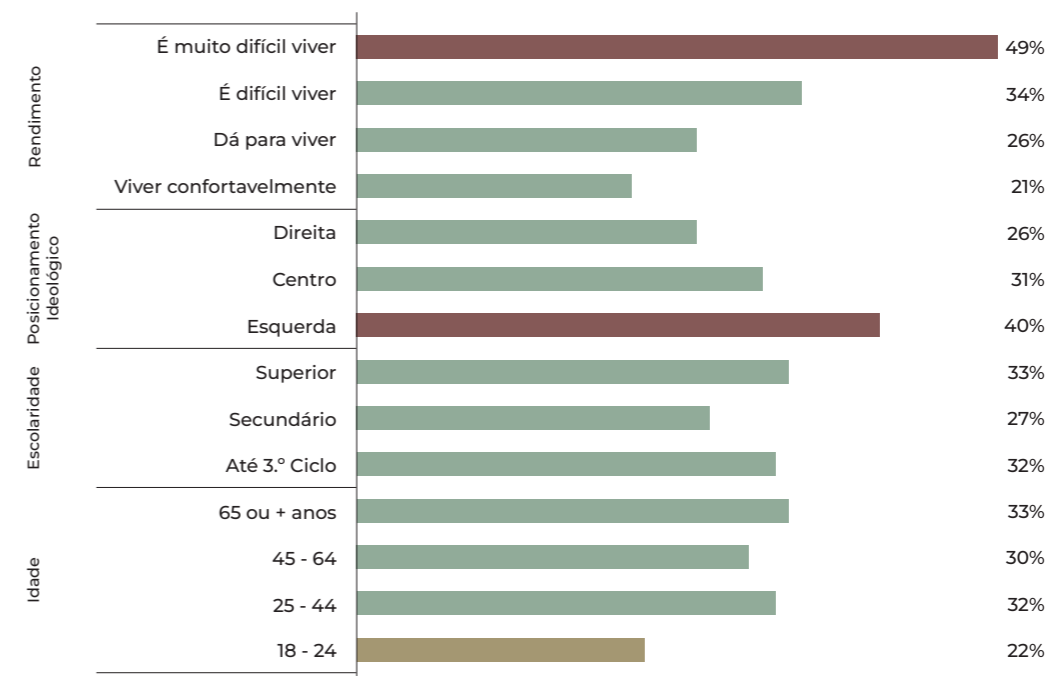


Figura 4



A SITUAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Relativamente à situação da economia portuguesa, diria que o próximo ano será melhor, igual ou pior do que 2025?

Quando inquiridos sobre o modo como perspetivam a evolução da economia portuguesa, a maior fatia de inquiridos crê que 2026 será igual a 2025 (42%). Apenas 14% espera melhorias económicas no país, ao passo que 36% está inclinado a acreditar numa degradação da situação. Este tema destaca-se, também, por ter tido um número de respondentes superior ao das restantes questões, com praticamente todos os inquiridos a dar uma opinião.

Relativamente à situação da economia portuguesa, diria que o próximo ano será pior do que 2025?

A perspetiva sobre a evolução da economia portuguesa revelou-se sensível às características dos inquiridos. Os inquiridos que vivem com menos rendimentos são os que mais esperam que a situação económica do país se degrade no próximo ano (53%), um valor que é trinta pontos superior ao daqueles que declaram viver confortavelmente. Os inquiridos de esquerda estão também comparativamente mais pessimistas, com 41% a declarar que espera um ano de 2026 economicamente pior do que o anterior, um valor dez pontos superior aos inquiridos de direita.

Uma vez mais, são os mais jovens que se revelam menos pessimistas, com apenas um em cada quatro a declarar que tem expectativas de deterioração da situação económica do país, em 2026. Nesta vertente há 22% de jovens que efetivamente acredita que o novo ano poderá ser economicamente melhor. No entanto, uma vez mais, esta opinião é característica apenas dos mais jovens de todos, com os restantes grupos etários a declararem opiniões muito alinhadas entre si e distantes das dos inquiridos que têm entre 18 e 24 anos.

Figura 5

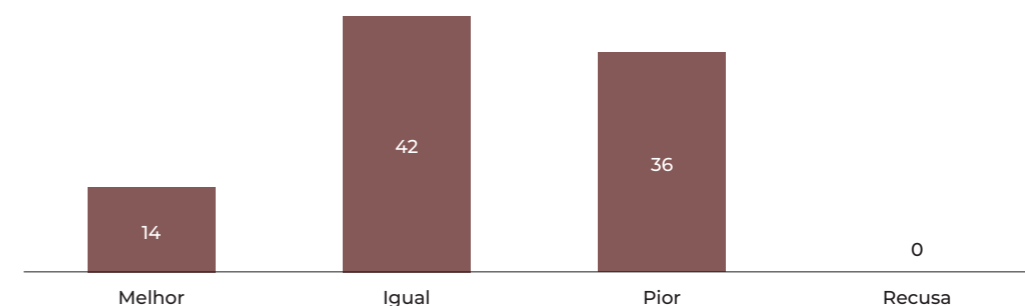
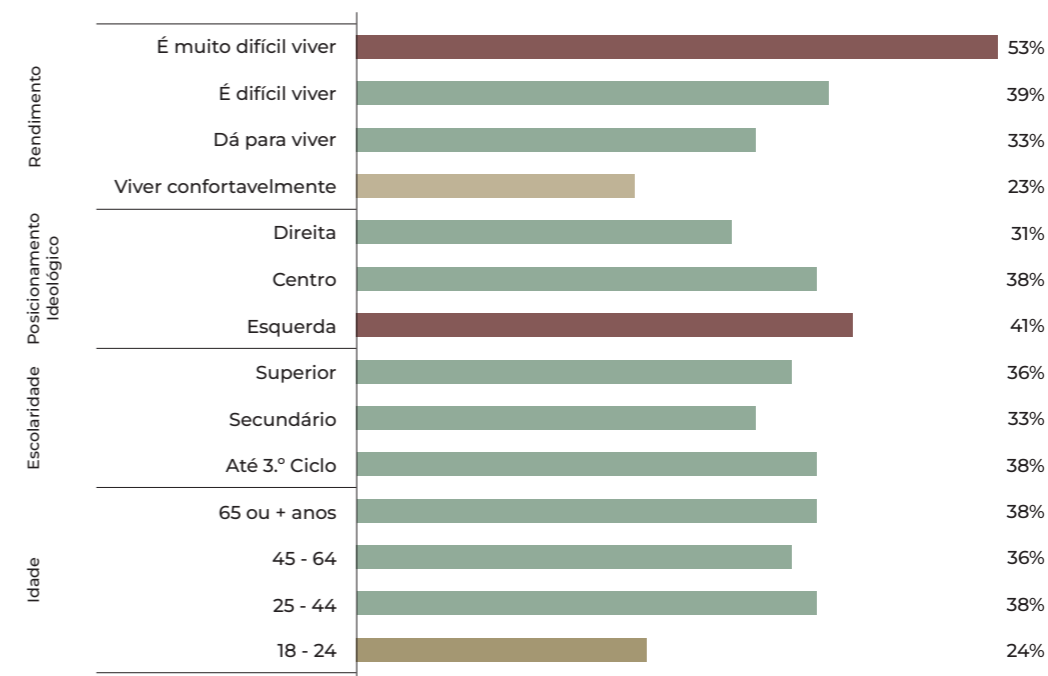


Figura 6



A SITUAÇÃO DA ECONOMIA FAMILIAR

Relativamente à situação económica do seu agregado familiar, diria que o próximo ano será melhor, igual ou pior do que 2025?

Quando questionados já não a propósito da sua opinião sobre a evolução da economia portuguesa em 2026, mas sobre a situação futura do seu próprio agregado familiar, os inquiridos revelam menos pessimismo – com apenas 25% dos inquiridos a declarar expectativas de degradação, um valor onze pontos inferior ao da opinião sobre a evolução da situação económica do país. Na verdade, a maioria dos respondentes espera que a sua situação se mantenha (56%), ao passo que 16% estão mesmo otimistas em relação à evolução da sua própria situação financeira no ano que agora se inicia.

Relativamente à situação económica do seu agregado familiar, diria que o próximo ano será pior do que 2025?

Contudo, se cruzarmos as características pessoais, sociais, económicas e políticas e considerarmos apenas aqueles que acreditam que a situação económica da sua família se vai deteriorar, os indivíduos para quem o rendimento é insuficiente ou mesmo muito insuficiente para viver destacam-se como tendo expectativas mais pessimistas sobre esta evolução (35% e 49%, respetivamente). Em contraponto, as pessoas para quem o rendimento dá para viver confortavelmente revelam-se, no global, mais otimistas em relação à situação económica do seu agregado familiar (neste grupo, apenas 6% declarou recesso uma degradação).

De realçar novamente que os mais jovens de todos estão menos pessimistas, com apenas 14% a declarar expectativas negativas para a situação económica do seu agregado familiar. Um valor de mais de 10 pontos percentuais abaixo da média de toda a população.

Figura 7

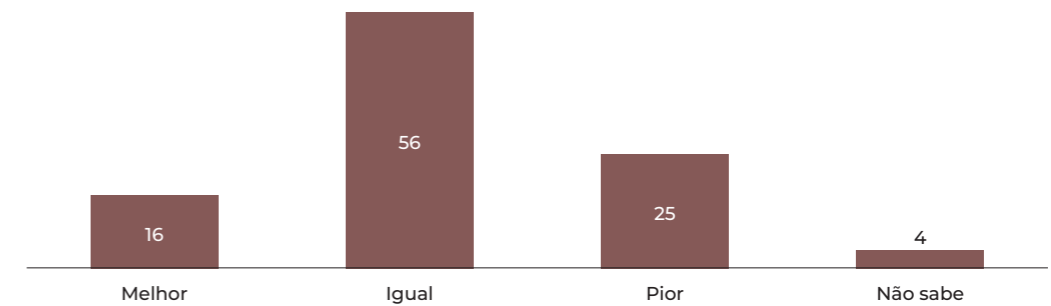
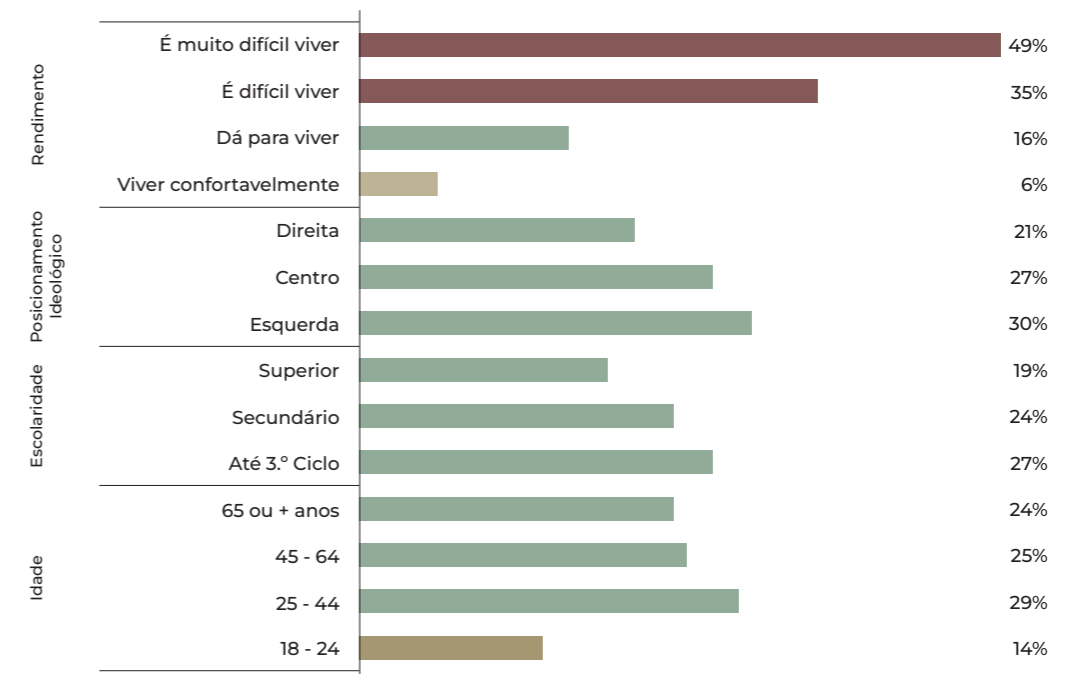


Figura 8



CONCLUSÃO

De acordo com os inquiridos neste estudo de opinião, o ano de 2026 não será muito diferente do de 2025. Esta ideia de um futuro próximo marcado pela continuidade é transversal a todos os aspetos abordados: da situação política nacional passando pela esfera internacional até à economia doméstica. Esta constatação é tanto mais surpreendente quanto o ano de 2025 foi caracterizado, entre nós, por assinalável instabilidade política – tivemos uma dissolução da Assembleia da República, da qual saiu um quadro parlamentar fragmentado que, por si só, não assegura estabilidade – e um contexto geoestratégico muito sensível, com vários eventos que ocupam grande espaço mediático.

Sintomaticamente, os inquiridos revelam-se mais pessimistas no que toca à evolução da envolvente política externa (40% declaram que a situação internacional irá ficar pior em 2026 face a 2025) do que em relação à situação política e económica nacionais (um terço dos inquiridos está pessimista e a maioria entende que a situação se manterá estável). O otimismo, no entanto, é uma opinião muito escassa, considerando os vários aspetos considerados no inquérito.

Há, contudo, uma nuance relevante: o pessimismo é maior quando se pensa mais na situação internacional do que na política ou na economia nacionais, sendo que, por sua vez, estes domínios revelam níveis de pessimismo superiores aos da evolução da situação económica do próprio. É, na verdade, na esfera pessoal que os inquiridos estão menos pessimistas – com apenas 25% a declarar expectativas negativas. Não podemos, contudo, falar em otimismo dado que, uma vez mais, a maioria (56%) acredita que tudo se manterá como em 2025.

Estas opiniões são sensíveis a um conjunto de outras dimensões consideradas no inquérito. De forma transversal, os inquiridos de rendimentos mais baixos são invariavelmente os mais pessimistas (cerca de metade dos inquiridos pertencentes a este grupo, declara que 2026 será pior do que 2025). Do mesmo modo que os inquiridos que se declaram de esquerda estão mais pessimistas do que os de direita. Já cerca de metade (47%) dos inquiridos com um rendimento que lhes permite viver confortavelmente estão bastante pessimistas em relação à situação internacional, enquanto o mesmo já não é verdade no que toca à economia nacional (onde apenas 23% declara que o Ano Novo pode ser pior) e ainda menos quando questionados sobre a situação económica do seu próprio agregado familiar (com apenas 6% a ter expectativas negativas). Finalmente, destaca-se o pessimismo dos mais qualificados em relação à situação internacional, com um em cada dois a esperar uma deterioração nesta dimensão.

PORTUGAL NO MUNDO

BRUNO CARDOSO REIS

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Para manter a capacidade de dissuadir agressores pela superioridade tecnológica militar – que caracteriza a forma europeia de fazer a guerra há séculos – não basta investir mais, é preciso inovar com tecnologias disruptivas. No caso de Portugal é preciso apostar em capacidades adaptadas à localização e natureza arquipelágica do país, dando prioridade à segurança marítima o que implica meios navais, mas também espaciais, aéreos e terrestres, móveis e projetáveis, sistemas inteligentes e multidimensionais de defesa aérea e costeira, e, ainda, respostas a ameaças híbridas que vão da ciberdefesa à contraespionagem. Esse investimento deve ser feito de uma forma política e economicamente sustentável, o que implica trabalhar para que parte desses investimentos sejam também no desenvolvimento da indústria de defesa portuguesa, inclusive como parte de parcerias multinacionais. Esse será um dos grandes desafios de 2026 e anos seguintes, que obriga a melhor coordenação, prioridades claras, mas também melhor gestão de uma indústria e de um sistema de aquisição demasiado condicionados por demoradas rotinas de décadas de paz.

A Europa tem massa crítica para ser um forte ator global, os 27 países da UE investem em conjunto em defesa 343 mil milhões de dólares, no que só são ultrapassados pelos EUA. Na economia, a UE representa um mercado de 450 milhões de consumidores e a segunda maior fatia do PIB global, ultrapassando, ligeiramente, a China. Uma Europa coesa seria capaz de dissuadir agressões e defender os seus interesses. No entanto, a sua marginalização nas negociações de paz na Ucrânia e a forma como têm sido conduzidas as negociações comerciais com os EUA ou com a China não apontam nesse sentido. Estes continuarão a ser testes cruciais nos próximos meses e anos. Faz sentido que divergências com grandes potências sejam negociadas pela UE como um todo e até é um imperativo legal no caso do comércio externo. No entanto, isso não dispensa uma estratégia própria, se Portugal quiser influenciar, minimamente, a agenda.

A Europa tem massa crítica para ser um forte ator global, os 27 países da UE investem em conjunto em defesa 343 mil milhões de dólares

Para Portugal e para a Europa faz sentido apostar na diversificação face aos EUA ou à China, potências claramente dispostas a fechar mercados e usar a coerção económica. Isso passaria por reforçar parcerias e acordos comerciais, nomeadamente com organizações regionais como o Mercosul. O ano de 2026 será um teste crucial para este último acordo, que depois de décadas de negociação está pendente de ratificação e implementação.

O ano 2026 também será dominado na Europa pela discussão do novo orçamento plurianual para 2028-34, o documento estratégico central para se perceber o verdadeiro nível de ambição e capacidades de ação externa da UE. Serão muitas opções difíceis, nomeadamente, qual o equilíbrio entre mais investimento em defesa e outras prioridades. Será provável uma redução na ajuda ao desenvolvimento no modelo tradicional de doações, mas será possível

fazer isso sem perda de influência europeia e apostando mais em investimentos mutuamente benéficos? Este processo também será um teste à capacidade de influência portuguesa nas prioridades europeias e da eficácia na criação de coligações no seio da UE.

Portugal tem as maiores reservas de lítio da Europa e até, possivelmente, algumas reservas de terras raras. Também há minérios importantes no mar português. Será Portugal capaz de estudar e aproveitar estas oportunidades?

Tudo isto aponta para o peso crescente, em múltiplas áreas, que provavelmente irá continuar a aumentar, em 2026, do minilateralismo, das coligações *ad hoc*, que vão desde o apoio à Ucrânia até, no seio da UE, aos defensores da austeridade ou aos países do Sul, os Med-9. Será fundamental que Portugal mostre que sabe jogar este jogo, inclusive, eventualmente, criando coligações, por exemplo, em torno de questões como a segurança marítima no Atlântico. Haverá capacidade para conquistar aliados para promover as questões que interessam a Portugal? A relação com a Espanha também deveria ser reforçada na medida do possível. Num contexto global, mais focado em questões de poder relativo, o risco da subalternização parece maior para Portugal sem Espanha, evidentemente em áreas de convergências de interesses. Claro que há o desafio do crescimento do populismo nacionalista nos dois países.

Uma questão que será cada vez mais central na geopolítica global é a das novas matérias-primas críticas para a transição energética e a revolução tecnológica em curso. A UE, numa lei das matérias-primas críticas, de maio de 2024, estabeleceu como objetivo reduzir a sua excessiva dependência externa, nomeadamente da China, de mais de 90% para um máximo de 65%, e ter, pelo menos, 10% de produção europeia. O uso coercivo das terras raras pela China nas disputas comerciais em 2025 veio reforçar a centralidade desta questão. Portugal tem as maiores reservas de lítio da Europa e até, possivelmente, algumas reservas de terras raras. Também há minérios importantes no mar português. Será Portugal capaz de estudar e aproveitar estas oportunidades, limitando custos ambientais, maximizando ganhos de processamento, transformação em produtos acabados, aumentando emprego, competitividade, exportações e relevância geopolítica? Será fundamental trabalhar nesse sentido, em 2026, nomeadamente, em parcerias externas que façam sentido em termos de tecnologia e capital.

A diplomacia portuguesa está empenhada na eleição do país, em 2026, para um dos 10 lugares eleitos no Conselho de Segurança da ONU. Portugal enfrenta a Alemanha e a Áustria para o contingente europeu de dois mandatos de dois anos. O resultado será um bom indicador da influência portuguesa neste Mundo mais dividido. Valerá também a pena uma reflexão mais aprofundada sobre se todo este investimento diplomático no multilateralismo tradicional, que por vezes parece quase um fim em si mesmo, se justifica num contexto em que a ONU parece cada vez mais bloqueada e marginalizada.

POLÍTICA

FILIFE NUNES

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

PRESIDENCIAIS 2026: A PRIMEIRA VOLTA DE 18 DE JANEIRO

QUESTÕES EM ABERTO

No próximo dia 18 de janeiro realizam-se as primeiras eleições presidenciais após a “revolução eleitoral” ocorrida nas legislativas de março de 2024 e confirmada nas de maio de 2025.

O sistema partidário português passou a assentar em três polos (um liderado pela AD, no centro-direita; outro pelo PS, no centro-esquerda; e outro ainda representado pelo Chega, na direita radical), à semelhança do que se passa, por exemplo, em França e no próprio Parlamento Europeu.

Conseguirá André Ventura mobilizar de novo o seu polo e repetir nas eleições presidenciais o resultado do seu partido nas legislativas?

Até que ponto conseguirão os candidatos apoiados pelos principais partidos de governo da democracia portuguesa (Marques Mendes e António José Seguro) fixar, na primeira volta, os eleitores que nas legislativas de 2025 votaram nesses partidos?

E o “candidato independente” Gouveia e Melo, conseguirá repetir (ou reforçar) as votações de Alegre e Nóvoa e assim poder alcançar um lugar na segunda volta?

Sendo as primeiras presidenciais depois da revolução eleitoral de 2024/25, estão longe de ser as primeiras presidenciais em que surge uma candidatura competitiva sem apoios partidários formais: Alegre chegou aos 20,72% em 2006; Nobre obteve 14,10% em 2011; e Nóvoa atingiu os 22,88% em 2016.

Finalmente, a questão da abstenção. Sem candidatos “naturais” oriundos do centro-esquerda ou do centro-direita, mas com forte competitividade eleitoral, como se comportará a participação eleitoral nestas presidenciais?

As eleições presidenciais são essenciais para o sistema de governo português (semipresidencialista), e nesse sentido não devem ser consideradas de segunda ordem. Mesmo depois da redução dos poderes presidenciais decorrente da revisão constitucional de 1982, nas eleições em que o Presidente em funções não se pode recandidatar por limitação de mandatos, a taxa de abstenção tem estado bastante em linha com a registada nas eleições legislativas imediatamente anteriores. É nas eleições de 2016 que surge um desvio maior face às legislativas (2015), porventura associado à ausência de fundadores da democracia ou antigos primeiros-ministros entre os candidatos.

Abstenção (%) em eleições legislativas e presidenciais

1985 AR	1986 PR	1995 AR	1996 PR	2005 AR	2006 PR	2015 AR	2016 PR
25,84	24,62	33,70	33,71	34,97	38,47	44,14	51,16

Ao mesmo tempo, com as regras em vigor desde 2018 (inscrição automática) o número de emigrantes inscritos nos cadernos eleitorais subiu de 301.463 em 2016 para 1.584.722 inscritos em 2025. Apesar das dificuldades associadas ao voto presencial no estrangeiro, são, ainda assim, muitos votos potenciais, num cenário de forte competitividade eleitoral e em que temos um único círculo de apuramento, o que não deixará de ter impacto na abstenção. Deste ponto de vista será também interessante observar a evolução da participação eleitoral dos portugueses residentes no estrangeiro.

Note-se ainda que das legislativas de 2019 para 2025 o crescimento do Chega, em todos os círculos eleitorais, foi acompanhado por uma subida significativa da participação eleitoral – não só em território nacional como também entre os portugueses residentes no estrangeiro: 158.252 para 352.503 votantes.

O QUE NOS DIZEM AS SONDAGENS?

Para responder às questões anteriormente colocadas (e assinaladas a negrito), vale a pena olharmos para os barómetros da Pitagórica e Intercampus e para a sondagem ICS-Iscte de novembro passado, incluindo para as médias de cada candidato.

Sondagens de novembro 2025, com média Pitagórica/Intercampus/ICS-Iscte*

	Pitagórica	Intercampus	ICS-Iscte	Média
Marques Mendes	23%	20%	23%	22%
Gouveia e Melo	21%	19%	26%	22%
André Ventura	15%	19%	25%	20%
António José Seguro	17%	13%	14%	15%
Cotrim de Figueiredo	13%	14%	5%	11%

* Com arredondamentos à unidade e distribuição de indecisos (proporcional, pelo autor, no caso da Intercampus).

A propósito dos sistemas eleitorais maioritários a duas voltas, costuma dizer-se que na primeira volta se escolhe e na segunda elimina-se. As duas voltas correspondem a duas eleições diferentes.

Centremo-nos aqui, apenas, na primeira volta de 18 de janeiro.

A primeira volta é habitualmente o momento próprio para a mobilização da base eleitoral de partida e para a diferenciação ideológica entre candidatos. Assim se explica a estratégia de radicalização de Ventura, que lhe permitiu ficar sem concorrência no seu espaço político: a percentagem de simpatizantes do Chega que tencionam votar Ventura é de 87%, enquanto em Gouveia e Melo é de 2%, segundo a sondagem ICS-Iscte de novembro. Recorde-se que, no já citado estudo pós-eleitoral conduzido no verão passado, eram ainda 18% os eleitores do Chega que admitiam votar Gouveia e Melo.

Por outro lado, a proliferação de sondagens pré-eleitorais no espaço público pode conduzir os eleitores a uma antecipação do voto estratégico, escolhendo mais com “a cabeça” do que com “o coração” logo na primeira volta.

António José Seguro parece ter dado como certo esse movimento de voto útil à esquerda, optando por evitar posicionamentos ideológicos demasiado claros num novo contexto em que as esquerdas são minoritárias. Mas essa estratégia inicial já revelou os seus riscos: apenas 42% dos simpatizantes PS decidiram votar Seguro, estando 14% ainda indecisos e 29% com Gouveia e Melo; entre os eleitores que se auto-posicionam à esquerda, 28% estão com Seguro e 24% com Gouveia e Melo¹.

Além disso, se a antecipação do voto estratégico pode favorecer teoricamente Seguro com o voto útil à esquerda, também o pode prejudicar se o fosso que o separa dos três favoritos persistir nas sondagens e isso levar ainda mais eleitores do PS e da esquerda a votarem, logo na primeira volta, naquele que considerem um “mal menor”.

a proliferação de sondagens pré-eleitorais no espaço público pode conduzir os eleitores a uma antecipação do voto estratégico, escolhendo mais com “a cabeça” do que com “o coração” logo na primeira volta

Marques Mendes, por seu lado, parte para estas eleições com a vantagem do apoio dos partidos do Governo, recentemente reconduzidos no poder. Está, no entanto, confrontado com a competição da candidatura de Cotrim Figueiredo (confortável, no mínimo, no quinto lugar), e de uma outra, independente, apoiada por várias figuras e eleitores do PSD. Mendes, tal como Seguro, está longe de fazer o pleno do seu campo: se metade dos simpatizantes do PSD (50%) pretende votar Marques Mendes, cerca de um quarto (24%) vota Gouveia e Melo, com 13% ainda indecisos. Também como Seguro, Mendes está confrontado com um eleitorado potencial, ainda algo indeciso (e desmobilizado?): os eleitores da PSD (20%) e do PS (15%) são os mais indecisos.

A vantagem do candidato da AD em relação ao candidato do PS é que a sua base eleitoral de partida (e de crescimento) parece maior, conseguindo, ao mesmo tempo, captar melhor eleitores sem simpatia partidária: 13% contra 4% de Seguro (Gouveia e Melo atinge 18% entre estes eleitores)².

Seria quase inevitável que Gouveia e Melo baixasse nas intenções de voto a partir do momento em que entrou na corrida. Aconteceu o mesmo com Marcelo Rebelo de Sousa em 2016, embora partindo de outro patamar e arrancando mais tarde: em dezembro de 2015, a sondagem da Universidade Católica ainda lhe atribuía 62%³, bem acima dos 52% que viria a ter no dia das eleições.

Não surpreende, assim, que, de janeiro para novembro de 2025, o antigo chefe da Armada tenha descido de 25% para 18% de intenções diretas de voto, por exemplo, nas sondagens ICS-Iscte. A dúvida é se essa queda nas sondagens se deve, como parece, essencialmente ao escrutínio a que estão sujeitos os favoritos e à entrada em cena de Ventura (que lhe terá retirado eleitores do Chega) ou se corresponde a um esvaziamento mais transversal. É algo que se tornará mais claro com as próximas sondagens.

Finalmente, a questão da abstenção. De acordo com a sondagem de novembro do ICS-Iscte⁴, a percentagem de inquiridos que revelam ter a certeza de não ir votar está nos 8%, abaixo dos 10% que partilhavam a mesma intenção em dezembro de 2016⁵ e dos 12% que o indicavam no estudo pós-eleitoral do ICS-UL, conduzido em julho-agosto de 2025⁶.

É assim expectável que, mesmo na ausência de “candidatos naturais”, a diversidade política das candidaturas, a mobilização do novo polo da direita radical e a incerteza quanto à passagem à segunda volta possam contribuir para uma taxa de abstenção em linha ou até inferior à registada em 2016 (pelo menos em território nacional).

Em síntese, parece evidente que estamos perante as eleições presidenciais mais imprevisíveis e fragmentadas de sempre, com quatro candidatos (cinco, nalgumas sondagens) a poderem ambicionar um lugar na segunda volta. Mas à medida que nos aproximamos do ato eleitoral, é previsível que o voto estratégico comece a funcionar e que se reduza o leque de candidatos que possam continuar a alimentar essa ambição. Com Ventura a mobilizar tão fortemente o seu polo eleitoral, Mendes e (principalmente) Seguro, para chegarem à segunda volta, precisam de reduzir ao mínimo a concorrência no seu polo político e esperar que Gouveia e Melo perca a sua capacidade de atrair simpatizantes do PSD e do PS.

1 De novo, segundo a sondagem ICS-Iscte de novembro de 2025.

2 Também de acordo com a sondagem ICS-Iscte de novembro de 2025.

3 Disponível em: <https://www.erc.pt/pt/depositos/depositos-2015/barometro-politico-de-dezembro-2015--/>

4 Os relatórios das sondagens ICS-Iscte podem ser consultados em: <https://ipps.iscte-iul.pt/pt/projetos/sondagens>

5 Barómetro da Universidade Católica, disponível em: <https://www.erc.pt/pt/depositos/depositos-2015/barometro-politico-de-dezembro-2015--/>

6 Disponível em: <https://www.ics.ulisboa.pt/noticia/inquerito-pos-eleitoral-para-eleicoes-de-2025>

ECONOMIA

SOFIA VALE

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

PORTUGAL 2026: FIM DOS IMPULSOS, REGRESSO DAS FRAGILIDADES?

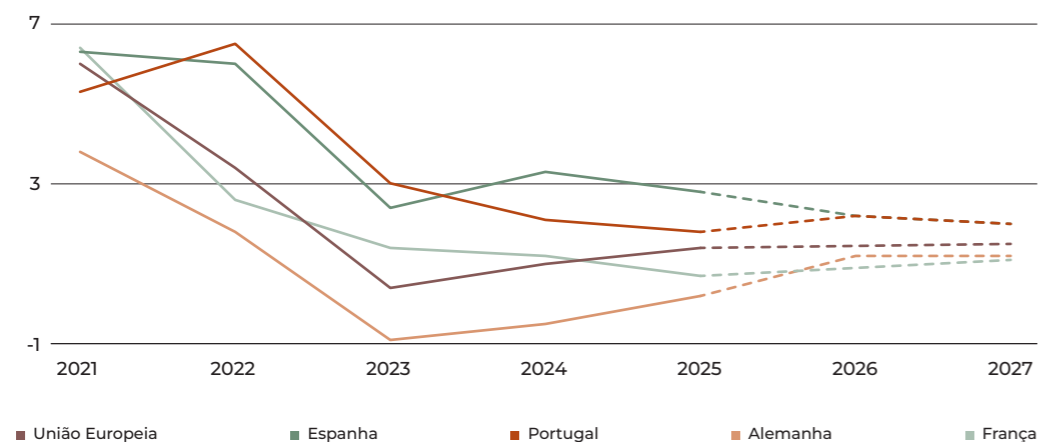
Portugal entra em 2026 com uma economia aparentemente estável, mas sustentada em pilares que começam a mostrar fissuras, que o abrandamento europeu ameaça transformar em fragilidades reais. A recuperação da crise profunda causada pela pandemia tem combinado políticas de aumento dos rendimentos reais, investimento alavancado por fundos europeus e uma conjuntura internacional que, embora instável, contribui para o equilíbrio das contas externas, sobretudo por força do afluxo extraordinário de turismo.

Em 2026, o crescimento do PIB português, apesar de fraco, permanecerá acima do da média da União Europeia (Figura 1), permitindo manter alguma da convergência perdida, associada à inflação estabilizada e uma política orçamental prudente.

No entanto, se os principais indicadores macroeconómicos apontam para estabilidade, é importante não perder de vista a imprevisibilidade dos desenvolvimentos internacionais, num contexto geopolítico de tensão declarada.

Figura 1 - Taxa de crescimento do PIB real (%)

Fonte: AMECO



O QUE INDICAM AS PROJEÇÕES?

Em 2025, a economia portuguesa apresenta-se sólida, embora com sinais de abrandamento face a 2024. O Banco de Portugal (BdP) projeta um crescimento do PIB real de cerca de 1,9% para 2025, antes de acelerar para 2,2% em 2026 e desacelerar para 1,7% em 2027 (Tabela 1).

Estas estimativas estão em linha com as da Comissão Europeia, que é apenas mais otimista para 2027, prevendo um crescimento de 2,1%. Em 2025, o desempenho fica sobretudo a dever-se ao crescimento do consumo privado, que deverá exceder o do PIB, embora sem se registar aumento do endividamento. O aumento do rendimento disponível das famílias, em resultado das medidas adotadas pelo Governo em matéria de IRS e de pensões, é a principal razão para este comportamento, estímulo que não está garantido em 2026.

Tabela 1 - Indicadores Macroeconómicos, Economia Portuguesa, 2024-2027

Fonte: Banco de Portugal; Comissão Europeia

Indicador	2024	2025	2026	2027
PIB real (%)	2,1	1,9	2,2	1,7
Inflação IHPC (%)	2,7	2,2	1,9	2,0
Desemprego (%)	6,4	6,2	6,3	6,3
Saldo orçamental (% PIB)	0,5	0,0	-0,3	-0,5
Dívida pública (% PIB)	93,6	91,3	89,2	88,2
Balança Corrente (% PIB)	1,7	1,1	1,0	0,6

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego mantém-se relativamente controlada, em torno dos 6,2%, 6,3% e 6,3% para, respetivamente, 2025, 2026 e 2027, valores em linha com os últimos anos. A inflação, medida pelo IHPC, deverá recuar para cerca de 2,2% em 2025, e estabilizar em torno dos 1,9-2,0% em 2026-27.

Em termos das contas públicas, a trajetória é positiva, embora com algumas pressões. O rácio da dívida pública face ao PIB continua a recuar, sendo que a Comissão Europeia projeta a sua descida para 89,2% em 2026, enquanto adverte que o saldo orçamental poderá voltar ao défice (-0,3% em 2026). O Conselho das Finanças Públicas alerta mesmo para riscos de deterioração em 2026, caso a política expansionista e os choques externos se confirmem, afirmando que o saldo orçamental poderá cifrar-se em -0,6%.

Por fim, no setor externo, os rendimentos com turismo permitem antever um saldo da balança corrente da ordem de 1,0% do PIB em 2026, mas a economia assiste a uma procura externa global fraca e regista menores ganhos em quota de mercado exportadora, segundo o BdP.

DINÂMICAS E RISCOS DA ECONOMIA EM 2026

O ritmo de crescimento da economia portuguesa em 2026 será moldado por um conjunto de fatores conjunturais, bem como pelas suas fraquezas estruturais. Do lado da procura interna, assistir-se-á ao fim do impulso excecional proporcionado pelo PRR. À medida que os grandes projetos avançarem, o efeito multiplicador do investimento público diminuirá e a economia perderá um motor que, desde 2022, tem ajudado a compensar as suas fragilidades. A evolução da economia em 2026 dependerá, ainda, da capacidade de executar estes projetos. A isto acresce a impossibilidade de repetir o mesmo tipo de estímulo ao rendimento aplicado em 2025 via IRS, num contexto de maior vigilância orçamental, nomeadamente, após a reconsideração do défice pelo Conselho das Finanças Públicas.

Enquanto pequena economia aberta, Portugal continua particularmente sensível a choques externos e a flutuações no ciclo europeu – uma vulnerabilidade que resulta, sobretudo, de uma especialização produtiva concentrada em setores de baixo valor acrescentado

Do lado da procura externa, é expectável que o turismo entre numa fase de normalização, resultante de rendimentos marginais decrescentes e estrangimentos de capacidade, evidentes, por exemplo, no aeroporto de Lisboa, que limitarão ganhos adicionais de escala, num setor já próximo da saturação. O cenário internacional acrescentará incerteza. Entre conflitos persistentes, potenciais tarifas norte-americanas sobre produtos europeus e o crescimento anémico das grandes economias da UE, Alemanha e França (Figura 1), será mais difícil prever a procura externa. Os encargos energéticos poderão voltar a subir caso ocorram novas disrupções no Médio Oriente, contribuindo para a volatilidade da produção. O único contraponto relevante surge de Espanha, cujo crescimento na ordem dos 2,3% (Comissão Europeia) oferece um amortecedor parcial, tendo em conta o peso do comércio externo de Portugal com este País.

Relativamente às taxas de juro, o BCE deverá continuar prudente quanto à sua redução, mantendo custos de financiamento elevados face à média histórica.

A conjuntura de 2026 volta a expor a persistência dos problemas estruturais da economia portuguesa. Enquanto pequena economia aberta, Portugal continua particularmente sensível a choques externos e a flutuações no ciclo europeu – uma vulnerabilidade que resulta, sobretudo, de uma especialização produtiva concentrada em setores de baixo valor acrescentado. Acresce que o país não conseguiu, ainda, superar fragilidades na qualificação da sua força de trabalho a que se soma, agora, a incapacidade de atrair e reter capital humano. Estes limites traduzem-se num nível de produtividade

aparente do trabalho que é diminuto, condicionando salários, competitividade e, em última instância, o ritmo de convergência com a média europeia. A isto soma-se um tecido empresarial dominado por PME de reduzida escala, frequentemente subcapitalizadas e com margens limitadas para investir em modernização da gestão, inovação, digitalização ou internacionalização.

A economia portuguesa entra em 2026 num ponto de equilíbrio delicado: suficientemente sólida para evitar um ciclo recessivo, mas demasiado dependente de fatores externos e de impulsos temporários para garantir um crescimento sustentado

Os riscos globais acentuam estas debilidades. A instabilidade geopolítica, a transição energética e os impactos já observáveis das alterações climáticas impõem custos adicionais e exigem uma capacidade de adaptação para a qual Portugal nem sempre está preparado. Assim, o padrão de crescimento português – assente em turismo, consumo e investimento público financiado por fundos europeus – revela-se frágil e pouco diversificado, deixando a economia exposta quando qualquer um desses pilares abranda.

Sem avanços estruturais decisivos na produtividade, no investimento e na sofisticação tecnológica da economia, 2026 arrisca ser mais um ano em que o crescimento acontece apesar das fragilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia portuguesa entra em 2026 num ponto de equilíbrio delicado: suficientemente sólida para evitar um ciclo recessivo, mas demasiado dependente de fatores externos e de impulsos temporários para garantir um crescimento sustentado. A travagem europeia, o esgotamento dos estímulos internos e a normalização do turismo criam um contexto em que a evolução do país dependerá menos da conjuntura e mais da sua capacidade de enfrentar as fragilidades estruturais que há décadas limitam o potencial de convergência.

Os desafios são conhecidos – capacidade de gestão, produtividade, inovação, dimensão empresarial, qualificação, diversificação – e o diagnóstico é amplamente consensual. Com menor apoio dos ciclos externos e menos espaço para políticas expansionistas, o crescimento terá de resultar cada vez mais da própria capacidade transformadora da economia. Se Portugal conseguir converter esta fase de incerteza num momento de reorientação estratégica, 2026 poderá ser lembrado como o início de um novo ciclo de maturidade económica. Caso contrário, continuará a crescer entre impulsos conjunturais passageiros, mas raramente a avançar.

EMPREGO

PAULO MARQUES

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

CERCA DE 13 MIL TRABALHADORES POR ANO PODEM FICAR PRESOS EM CONTRATOS A PRAZO

O desemprego em Portugal encontra-se em níveis historicamente baixos, acompanhando a tendência da maioria dos países ocidentais. O desemprego jovem continua bem acima do dos adultos, mas muito abaixo do observado durante a crise da dívida soberana.

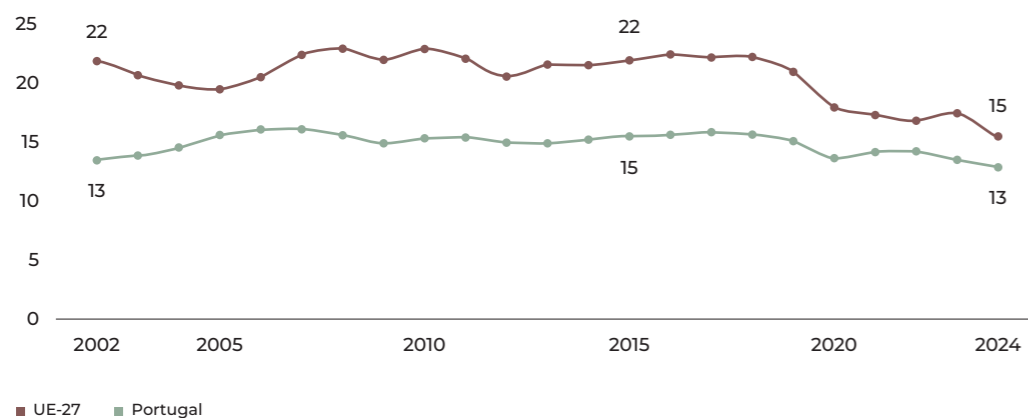
Os principais exercícios prospetivos do Banco de Portugal,¹ do Conselho das Finanças Públicas² e da Comissão Europeia³ apontam, em conjunto, para uma taxa de desemprego estável em torno dos 6-6,5% nos próximos anos, sem ruturas significativas no curto prazo.

Quanto aos salários, os últimos anos foram marcados por uma valorização nominal que procurou compensar as perdas reais da crise inflacionista de 2022-2023. À luz do acordo de concertação social em vigor (2023-2026) entre Governo, UGT e associações patronais, não se antecipam mudanças relevantes neste domínio no próximo ano.

Neste contexto, defendo que as principais alterações ocorrerão na utilização de formas de contratação atípica. Os dados mostram que, desde 2015, a sua prevalência diminuiu de forma consistente: em 2015 atingia 22% dos trabalhadores por conta de outrem e em 2024 rondava 16% (Figura 1). Esta trajetória resulta, em grande medida, das reformas laborais de 2019 e 2023, que restringiram o recurso a estes vínculos, e foi reforçada pela crise da COVID-19, após a qual a recuperação do emprego não assentou na expansão do trabalho atípico.

Figura 1 - Percentagem de trabalhadores com contratos a termo (15-64 anos), em Portugal e na UE-27, 2002-2024

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey



Nota: Séries da UE-27 disponíveis a partir de 2002. O indicador abrange apenas os trabalhadores por conta de outrem (exclui os trabalhadores independentes).

O anteprojeto “*Trabalho XXI*” propõe uma reforma ampla da legislação laboral. Relativamente à regulação dos contratos atípicos, as alterações não se limitam às regras sobre os contratos a termo: mexe também nas regras aplicáveis às plataformas digitais, nos direitos dos trabalhadores independentes (os chamados *recibos verdes*), nos contratos a termo incerto e noutras formas de contratação atípica que afetam, sobretudo, quem está na periferia do mercado de trabalho.

A teoria do mercado de trabalho segmentado sublinha que estes segmentos quase não comunicam entre si: quem entra “pela porta” da precariedade tem grande dificuldade em passar para o núcleo estável

Este texto não pretende cobrir todas essas frentes. O objetivo é mais limitado e, ao mesmo tempo, ilustrativo: olhar apenas para uma peça do puzzle – o aumento da duração e das possibilidades de utilização dos contratos a termo certo – para dar uma ordem de grandeza dos efeitos que a reforma pode ter.

Se as regras dos contratos a termo forem novamente flexibilizadas, *podemos estimar que cerca de 13 mil trabalhadores por ano deixariam de ver o seu contrato convertido em sem termo*. Detalhamos estes cálculos em baixo, mas antes disso explicamos brevemente no que consiste a segmentação do mercado de trabalho e explicamos os seus efeitos negativos.

Quando falamos em segmentação do mercado de trabalho, dizemos que ele não funciona como um espaço único e homogéneo, mas se divide em dois grandes segmentos. No núcleo predominam os contratos sem termo, salários mais elevados, acesso a formação e perspetivas de carreira. Na periferia concentram-se contratos a termo, trabalho temporário e recibos verdes dependentes, em geral com salários mais baixos, maior risco de desemprego e menos direitos. A teoria do mercado de trabalho segmentado sublinha que estes segmentos quase não comunicam entre si: quem entra “pela porta” da precariedade tem grande dificuldade em passar para o núcleo estável. Além disso, os empregadores tendem a investir pouco na formação deste grupo, o que reforça a sua vulnerabilidade.

Vários estudos académicos mostram os efeitos nefastos do alargamento da duração dos contratos a termo e da expansão das razões para a sua admissibilidade. O trabalho de Silva, Martins e Lopes analisa a reforma de 2003,⁴ que aumentou de três para seis anos a duração máxima destes contratos e abriu novas possibilidades de renovação.

Conclui que, nos anos em que a reforma esteve em vigor, a probabilidade de conversão em contrato sem termo diminuiu em média 1,9 pontos percentuais, a desigualdade salarial entre trabalhadores estáveis e precários aumentou e não se registou qualquer ganho duradouro de emprego que compensasse a maior precariedade.

No mesmo sentido, o estudo de Pedro Martins sobre a reforma de 2012, que alargou de 3 para 4,5 anos a duração máxima de alguns contratos a termo, mostra uma redução de cerca de 20% na probabilidade de conversão destes vínculos em permanentes, sem ganhos relevantes em termos de nível de emprego.⁵

Para perceber o que pode acontecer hoje, se voltarmos a facilitar a permanência prolongada em contratos temporários, podemos combinar a evidência de Silva, Martins e Lopes com dados recentes sobre transições contratuais.

Segundo o INE, em 2022 havia cerca de 685 mil trabalhadores por conta de outrem com contrato a termo ou outro vínculo temporário, e 34,3% desses trabalhadores, cerca de 235 mil pessoas, passaram para um contrato sem termo em 2023.⁶ Em termos simples, partimos de um universo de aproximadamente 685 mil trabalhadores com contrato temporário e observamos uma taxa anual de conversão para contratos sem termo de 34,3%, o que corresponde a cerca de 235 mil conversões num ano.

Segundo o INE, em 2022 havia cerca de 685 mil trabalhadores por conta de outrem com contrato a termo ou outro vínculo temporário, e 34,3% desses trabalhadores, cerca de 235 mil pessoas, passaram para um contrato sem termo em 2023

Se uma nova reforma reproduzir o tipo de efeito observado em 2003, é razoável assumir uma queda da probabilidade de conversão de cerca de 1,9 pontos percentuais, que é o efeito médio estimado por Silva, Martins e Lopes. Aplicando esse valor ao universo atual de trabalhadores com contratos temporários (cerca de 685 mil pessoas), uma redução de 1,9 pontos percentuais na taxa de conversão implica que aproximadamente 13 mil trabalhadores por ano deixariam de ver o seu contrato convertido em sem termo.⁷

O anteprojeto “Trabalho XXI” altera sobretudo as regras de admissibilidade dos contratos a termo, abrindo novas possibilidades para contratações a prazo e redefinindo a duração e as condições de renovação. Em paralelo, propõe mudanças noutros domínios relevantes para os trabalhadores precários (ver acima). Neste texto concentrei-me na consequência de voltar a flexibilizar os contratos a termo certo; o impacto conjunto das restantes alterações será ainda mais amplo. Em síntese, antevejo que o aumento da segmentação do mercado de trabalho português será a principal transformação a observar no curto prazo.

- 1 Banco de Portugal (2025). *Boletim Económico: Março 2025*. Lisboa: Banco de Portugal.
- 2 Conselho das Finanças Públicas (2025). *Perspetivas Económicas e Orçamentais 2025–2029*, Relatório n.º 2/2025, abril, Lisboa: Conselho das Finanças Públicas.
- 3 European Commission (2025). *Economic forecast for Portugal (Autumn 2025)*, European Economic Forecast, Brussels: European Commission, Directorate-General for Economic and Financial Affairs.
- 4 Silva, M.; Martins, L.F.; Lopes, H. (2018). “Asymmetric Labor Market Reforms: Effects on Wage Growth and Conversion Probability of Fixed-Term Contracts.” *ILR Review*, 71(3): 760–788.
- 5 Martins, P. (2016). *Should the maximum duration of fixed-term contracts increase in recessions? Evidence from a law reform*. IZA Discussion Paper No. 10206, Institute for the Study of Labor (IZA), Bonn.
- 6 INE (2024), *Estatísticas do Emprego – Estatísticas de Fluxos entre Estados do Mercado de Trabalho*, 4.º trimestre de 2023, destaque de 14 de fevereiro de 2024.
- 7 O impacto exato desta reforma poderá ser menor ou maior do que o observado em 2003, até porque o aumento da duração máxima é agora de 2 para 3 anos, e não de 3 para 6. Ainda assim, o desenho é semelhante naquilo que importa para os trabalhadores com contratos a termo: prolonga o horizonte em que as empresas podem manter trabalhadores em contratos a prazo e alarga as situações em que esses contratos são admissíveis.

RENDIMENTOS

FREDERICO CANTANTE

CoLABOR, Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social

OUTLOOK DOS RENDIMENTOS 2026

A evolução dos rendimentos das famílias em 2026 irá, expectavelmente, seguir tendências em linha com as observadas nos últimos anos. Esta continuidade, ancorada, em boa parte, em políticas salariais, fiscais e de proteção social já prosseguidas antes da atual solução governativa, tem-se traduzido na oscilação, em geral, ligeira, dos indicadores de pobreza e desigualdade de rendimento disponível – embora com reduções significativas no período 2022 - 2024 – na redução das desigualdades salariais, mas também na intensificação de alguns desequilíbrios.

A antecipação da evolução dos salários, em 2026, deve ter em consideração as projeções para o crescimento da economia portuguesa, que se deverá situar um pouco acima dos 2%, um ritmo próximo do verificado em 2024 (2,1%) e, com elevada probabilidade, em 2025. Do ponto de vista do enquadramento macro, não existirão, portanto, alterações do ponto de vista do volume de emprego e de desemprego que possam ter implicações significativas nos rendimentos do trabalho.

Num contexto em que se prevê que o desemprego se mantenha em níveis relativamente baixos, a oferta de uma remuneração acima do SMN continuará a ser um trunfo utilizado para atrair ou reter trabalhadores

A figura ilustra a evolução da remuneração bruta mensal média por trabalhador, em setembro, para o conjunto da população empregada nos últimos cinco anos. O valor nominal deste indicador tem aumentado em torno dos 6%, nos últimos três anos, embora a taxa de variação homóloga, em setembro de 2025 (5,7%), seja 0,6 pontos percentuais mais baixa em comparação com o observado em 2024 e 2023. A variação nominal deste indicador é mais elevada no setor público do que no privado (variação de 5,9% para 5,5% entre setembro de 2024 e o período homólogo de 2025, respetivamente). Ainda assim, é previsível que a meta de crescimento do salário médio no setor privado de 4,6% – que consta do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, firmado em 2022, e que foi mantido no Acordo tripartido sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028, assinado em 2024 – possa ser cumprida e suplantada. Neste cenário, e tendo em conta que os escalões do IRS vão ser atualizados em 3,51%, existirá algum aumento do rendimento disponível de quem trabalha.

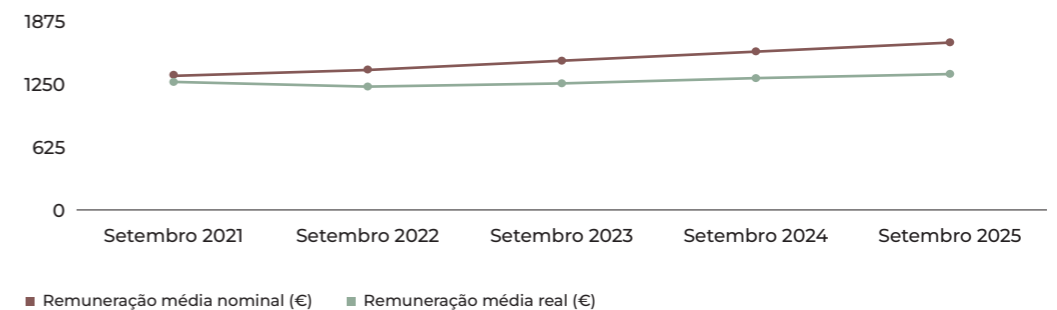
Quando se tem em consideração a inflação, a remuneração média aumentou 3,2% entre setembro de 2024 e o período homólogo de 2025 e apreciou-se 122€ em relação ao observado aquando do pico do surto inflacionista de 2022.

A atualização anual do salário mínimo nacional (SMN) é um fator que direta e indiretamente tem contribuído para o aumento do salário médio. O aumento do SMN para 920€, em 2026, irá traduzir-se, desde logo, na melhoria do salário de trabalhadores cuja

remuneração será “engolida” por este montante retributivo mínimo (“*bite effect*”), mas terá, também, um efeito de elevação das remunerações de outros trabalhadores, principalmente na metade inferior da distribuição, quer por razões de mercado, quer por via convencional (“*spillover effect*”). Num contexto em que se prevê que o desemprego se mantenha em níveis relativamente baixos, a oferta de uma remuneração acima do SMN – em particular para ocupações pouco exigentes do ponto de vista das qualificações, mas não só – continuará a ser um trunfo utilizado para atrair ou reter trabalhadores. O efeito de irradiação do SMN por via convencional para outras latitudes da metade inferior da distribuição dependerá dos acordos feitos no âmbito da contratação coletiva. Os últimos dados disponíveis indicam que, em 2024, 54% dos trabalhadores potencialmente abrangidos pela contratação coletiva tinham uma remuneração base convencional mínima superior ao SMN¹.

Figura 1 - Diferença entre salário nominal e real

Fonte: DataLABOR, fonte primária: Instituto Nacional de Estatística (INE)



O aumento sucessivo do SMN tem contribuído para a redução da desigualdade salarial, apesar de nos últimos anos a variação do ganho médio dos grupos da parte superior da distribuição se situar em valores comparativamente elevados. Traduziu-se também no aumento da compressão na metade inferior da distribuição dos salários. Se é previsível que a tendência de redução da desigualdade salarial se mantenha, o mesmo não acontece em relação à compressão salarial. Os últimos dados disponíveis indicam que a apreciação do ganho médio dos trabalhadores do 3.º, 4.º e 5.º decis (que não são abrangidos pelo SMN) foi semelhante ou até um pouco superior à atualização do SMN, o que implica uma estagnação ou recuo ligeiro do fenómeno da compressão salarial.

Do lado das prestações sociais, as pensões até 1 073€ (que representam cerca de 90% do total das pensões) terão um aumento acima da inflação prevista para 2026

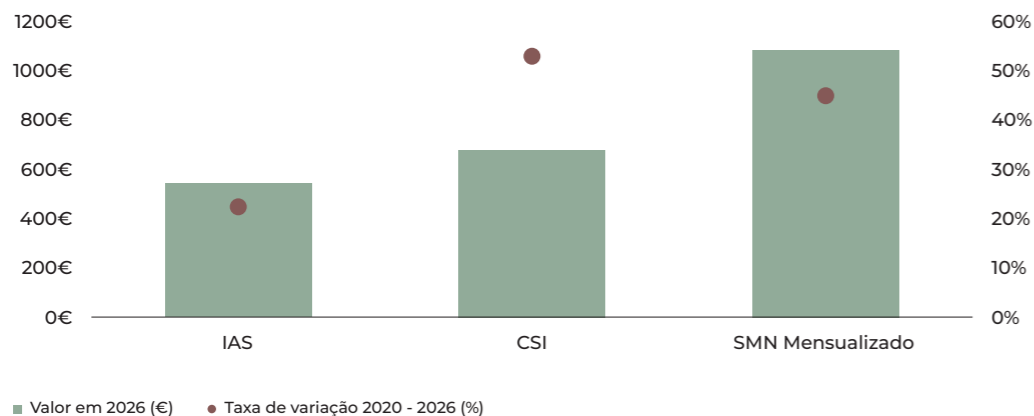
(2,8% para 2,1%). Em relação aos pensionistas com baixos rendimentos, está previsto um aumento de 40€ do valor de referência do complemento solidário para idosos (CSI), que se fixará em 670,7€. Depois de um período de estagnação do valor de referência desta prestação, este montante aumentou 50€ em 2023 e tem vindo a ser atualizado de forma ampla desde aí.

Importa equacionar até que ponto é que os aumentos recentes do CSI – uma prestação do sistema não contributivo – e a intenção política de equivaler o seu valor de referência ao do SMN poderão funcionar como um desincentivo para a realização de contribuições para o Sistema Previdencial. A este nível, não deixa de ser significativo que o valor de referência do CSI para 2026 seja ligeiramente superior ao da pensão de velhice média, nos primeiros nove meses de 2025 (667€).

Além deste risco, os aumentos recentes do CSI devem também ser enquadrados numa análise mais geral em torno de outras prestações do Sistema de Proteção Social de Cidadania, que, entre outros objetivos, visa garantir mínimos sociais e combater a pobreza. A Figura 2 demonstra que o valor de referência do CSI aumentou acima do montante do salário mínimo mensualizado no período 2020-2026. Demonstra também que o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), a partir do qual se definem os valores de referência da maior parte das prestações sociais do Sistema de Proteção Social de Cidadania, tem evoluído a um ritmo bastante mais baixo em relação ao CSI e ao SMN. Quando, em 2007, o IAS substituiu o SMN como referencial de várias prestações sociais, existia uma diferença pouco ampla entre o valor do IAS e o do SMN mensualizado; em 2026, caso se aplique a fórmula de cálculo do IAS, o SMN mensualizado representará o dobro do valor deste indexante.

Figura 2 - Valor de referência do IAS, CSI e montante do SMN mensualizado (€ e %)

Fonte: DataLABOR



Nota: O valor do IAS para 2026 é uma estimativa baseada nos dados económicos mais recentes a partir dos quais este referente é calculado (crescimento do PIB e inflação), que carece de confirmação.

As tendências identificadas têm reflexos nos rendimentos das famílias mais vulneráveis e na geração de iniquidades entre categorias sociais. Pensando, especificamente, no rendimento social de inserção, veja-se que o seu valor de referência tem conhecido uma trajetória de afastamento em relação ao SMN: em 2008, representava 36,6% do SMN mensualizado, em 2025 apenas 23,9%.

Tem existido em Portugal um consenso político em torno da necessidade de elevar, de forma expressiva, a retribuição mínima dos trabalhadores e, mais recentemente, de aumentar a generosidade da proteção à população idosa por via do CSI – e, de forma, mais casuística, através de suplementos extraordinários aos pensionistas. Estas medidas têm reflexos positivos na redução da pobreza e na desigualdade de rendimento, na melhoria das condições de vida de vastas camadas da população portuguesa, mas devem ser acompanhadas pelo aumento da proteção das categorias mais vulneráveis da população.

O aumento relevante da remuneração média verificado nos últimos anos tem sido insuficiente para acompanhar a subida do custo da habitação, que assumiu uma expressão hiperbólica em alguns territórios do país

Duas notas conclusivas. A primeira atém-se na relação entre o rendimento das famílias e o custo do acesso à habitação. O aumento relevante da remuneração média verificado nos últimos anos tem sido insuficiente para acompanhar a subida do custo da habitação, que assumiu uma expressão hiperbólica em alguns territórios do país. A pobreza monetária após o pagamento de despesa com habitação, que, em 2023, era de 28%, irá aumentar com elevada probabilidade, bem como as dificuldades de acesso à habitação – principalmente entre os mais jovens, mas também entre outras categorias sociais.

A segunda nota prende-se com uma leitura acerca dos objetivos distributivos do Anteprojecto Trabalho XXI. A apreciação dos salários em Portugal, identificada anteriormente, refletiu-se num aumento do peso das remunerações no PIB para valores semelhantes à média dos países da UE, depois de uma queda acentuada deste indicador durante a Grande Recessão. Ao precarizar o emprego e fragilizar a posição dos trabalhadores nas relações laborais, este Anteprojecto é orientado para introduzir transferências de poder entre os fatores de produção e, através do aprofundamento deste tipo de assimetrias, induzir alterações na repartição da riqueza gerada em desfavor aos trabalhadores. Não é, certamente, por esta via, que se promove o desenvolvimento económico e social do país.

1 DGERT (2025). *Relatório sobre regulamentação coletiva de trabalho publicada no ano de 2024*. Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT/MTSSS). https://www.dgert.gov.pt/wp-content/uploads/2020/05/Relatorio-anual-RCT-2024-DGERT_final.pdf

